



PSD p.9

Conselheiros nacionais aprovam coligação por unanimidade



PSD p.11

“Portugal é hoje um país em crescimento”

POVO LIVRE



nº 1874

6 de Maio de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

“O FUTURO ESTÁ NAS NOSSAS MÃOS”



O Presidente do PSD no jantar dos TSD comemorativo do 1.º de Maio, no Porto

PS propõe “caminho arriscado e perigoso”



O PS propõe no seu plano macroeconómico um caminho de incentivo ao consumo a contar com rendimentos futuros. Trata-se de um caminho “arriscado e perigoso, semelhante ao modelo passado que provocou três resgates externos”. “Algumas das medidas que já são conhecidas revelam claramente uma preferência do PS por puxar pelo consumo dentro da procura interna, de modo a promover o crescimento da economia. E, do meu ponto de vista, esse é um caminho arriscado para Portugal, arriscado e, portanto, perigoso”, declarou o Primeiro-Ministro e presidente do PSD, durante um almoço promovido pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Mexicana, num hotel de Lisboa, dia 24 de Abril.

Em resposta a uma questão da comunicação social, Pedro Passos Coelho concluiu que há agora “dois caminhos distintos” colocados perante os portugueses, e defendeu que o mais equilibrado e com menos riscos é o que a maioria PSD/CDS-PP tem seguido: “Precisamos de consumo, mas precisamos, sobretudo, de investimento, e é por essa via que nós temos de construir um modelo de desenvolvimento económico diferente daquele que nós tivemos no passado”.

Concordando que é necessário promover o crescimento económico, o Primeiro-Ministro referiu que “as perspectivas que o Governo apresentou são perspectivas de crescimento” e “beneficiam quer de uma retoma do consumo interno quer também do investimento”.

Depois, sustentou que é fundamental manter o equilíbrio externo. “Portanto, não precisamos de financiar o nosso crescimento com mais dívida, e precisamos também que os rendimentos que venham a ser gerados não sejam oferecidos às famílias por conta de rendimentos futuros, mas por conta de rendimentos, de riqueza gerada no presente”, acrescentou.

“Porque nós já tivemos um modelo - predominantemente foi aquele que seguimos até 2011 em Portugal - que se caracterizou justamente por colocar a economia a crescer do lado do consumo por conta de rendimentos futuros. Ora, esse caminho revelou-se sistematicamente um caminho sinuoso que provocou por três vezes resgates externos em Portugal”, apontou.

Segundo o chefe do executivo PSD/CDS-PP, não se pode, “por conta do futuro, dar mais rendimento disponível às pessoas hoje para gastarem, se esse rendimento não provier da capacidade para gerar riqueza hoje”.

Em conclusão, Passos Coelho declarou que “há dois caminhos distintos que se oferecem hoje a Portugal”, um dos quais corresponde a “usar a estratégia do passado, dar mais rendimento disponível aos cidadãos no dia de hoje sem se saber como é que depois no futuro as coisas jogarão, se teremos o rendimento necessário ou não para cobrir para essas necessidades”.

“Do outro lado temos um caminho que é aquele que temos vindo a seguir, que é um caminho mais equilibrado, que não apresenta esses riscos para as pessoas. Nós sabemos o quanto as pessoas estão cansadas de pagar caro os erros do passado e creio que devíamos evitar reproduzi-los”, completou.

Ainda quanto ao plano macroeconómico do PS, o Primeiro-Ministro reiterou o entendimento de que “há ali elementos, fundamentos que precisam de ser melhor explicados”, e voltou a questionar se o conjunto de medidas apresentadas permite cumprir os objectivos determinados pelas regras da União Europeia.

Contudo, Passos Coelho manifestou-se convicto de que “o debate que irá ocorrer proporcionará o esclarecimento mais extensivo daquilo que são os pressupostos utilizados” e permitirá aferir “se as contas estão bem feitas”.

Passos Coelho destaca “sacrifício adicional” das grandes empresas

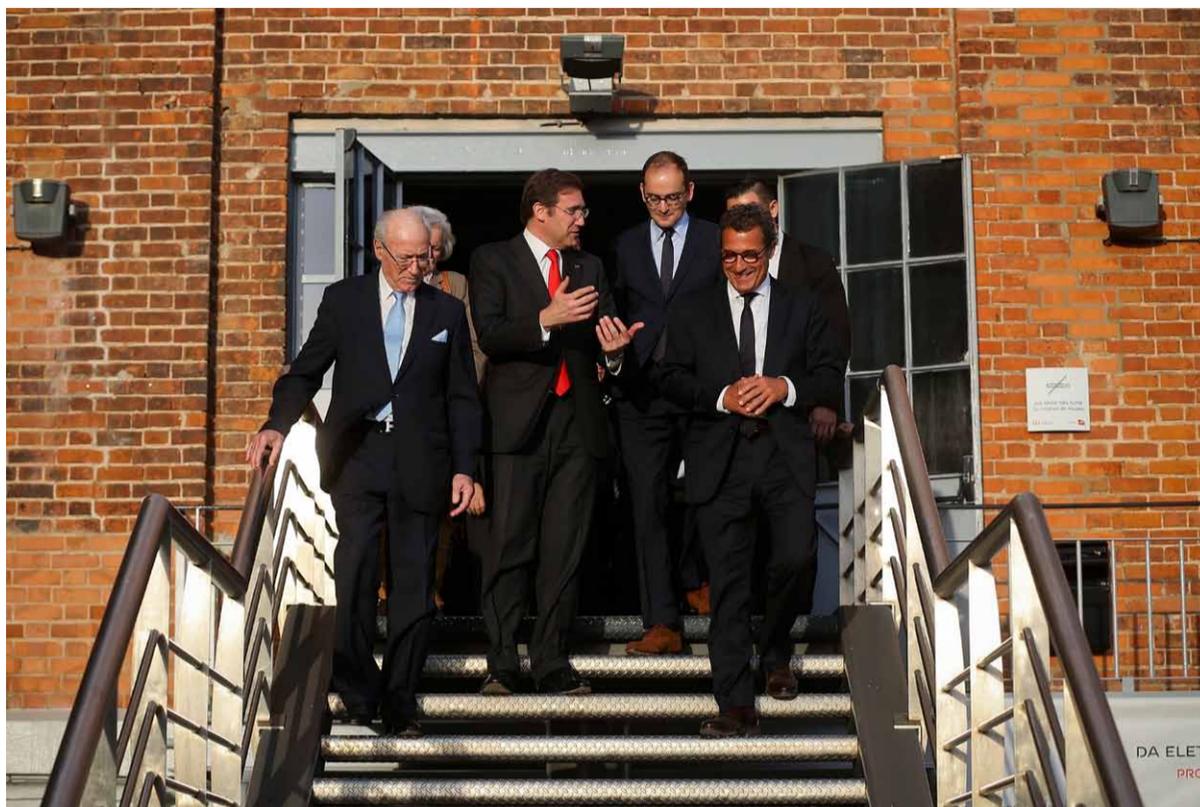
O Primeiro-Ministro elogiou a EDP, pelo seu papel social e contributo para a economia, e considerou que muitos esquecem o “sacrifício adicional” feito pelas grandes empresas e pelo sector financeiro nos últimos anos.

Durante uma iniciativa da Fundação EDP, dia 27, Pedro Passos Coelho realçou que não está programada a remoção da sobretaxa de IRC, nem do aumento da taxa das mais-valias financeiras, ao contrário do que acontece com medidas como os cortes salariais no sector público e a sobretaxa de IRS, declarando: “Há muita gente que já se esqueceu que estas medidas tiveram de ser adoptadas e de que ainda estão em prática”.

Nesta iniciativa, realizada no Museu da Electricidade, em Lisboa, para assinalar os dez anos do programa EDP Solidária, Passos Coelho atribuiu em nome do Governo PSD/CDS-PP um prémio a esta empresa pelo seu papel social e apontou-a como um exemplo de abertura económica, sustentando que se tornou melhor com a privatização.

Na sua intervenção, Passos Coelho começou por elogiar a EDP, por “ir mais longe” no investimento em projectos sociais “do que as suas obrigações legais”, e em seguida fez “questão de sublinhar” o “contributo adicional” exigido às empresas pelo Governo PSD/CDS-PP.

“Num país que precisa tanto de atrair capital, e capital financeiro, não é muito recomendável que se agravem



os impostos sobre o capital, mas parecia-nos ser quase impossível em anos de tanto sacrifício não exigir a todos um contributo adicional”, justificou.

O Primeiro-Ministro referiu que “as empresas, de um modo geral, foram solicitadas a pagar uma derrama estadual” que “pode significar 3 por cento a mais, ou 5 por cento a mais, ou 7 por cento a mais no pagamento do seu IRC”. Depois, disse que a taxa liberatória sobre mais-valias financeiras “foi sucessivamente aumentada até aos atuais 28 por cento”.

Passos Coelho apontou estas medidas como um “sacrifício adicional, em nome da solidariedade social”, assinalando: “E reparem que, neste caso, nós ainda não conseguimos no Programa de Estabilidade que apresentámos prever a remoção destas solicitações que foram endereçadas quer às empresas maiores quer à área financeira”. “O que não quer dizer que, tendo condições para o fazer, o não devamos realizar também nos próximos anos”, completou, voltando a defender que Portugal precisa “de investimento externo como de pão para a boca”.

O Primeiro-Ministro acrescentou que a EDP e outras empresas energéticas fizeram “ainda dois esforços adicionais”, através da “contribuição extraordinária que foi solicitada ao sector energético” e das “tarifas sociais”. E insistiu que “é muito importante recordar tudo isto”, considerando: “Muitas vezes no nosso debate público a hipersimplificação conduz às vezes a conclusões um pouco erradas, e é hoje muito fácil fazer críticas públicas às grandes empresas que obtêm grandes resultados, mas é importante que se saiba que essas empresas têm hoje também uma contribuição muito significativa e excepcional para corrigir os problemas por que nós todos passámos”.

No fim do seu discurso, apontou a EDP como “um exemplo para as outras empresas” e fez um balanço positivo da sua privatização: “Se ela já era uma grande empresa portuguesa, agora é uma empresa ainda com melhores recursos e com mais capacidade para crescer”.

Da parte do Governo, estiveram também presentes nesta iniciativa os ministros da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Pedro Mota Soares, e da Saúde, Paulo Macedo.

O objectivo da coligação é obter a maioria absoluta

O objectivo da coligação pré-eleitoral com o CDS-PP é conseguir maioria absoluta para governar com estabilidade, tendo em conta que o sistema eleitoral favorece as coligações. “Como é sabido, o nosso sistema eleitoral privilegia a soma de votos em coligações pré-eleitorais e, portanto, isso torna mais fácil atingir uma maioria absoluta. É esse o objectivo que nós temos. O nosso objectivo não é unir fraquezas, é o de unir forças”, declarou Pedro Passos Coelho aos jornalistas, no Museu da Electricidade, em Lisboa, durante uma iniciativa da Fundação EDP, tendo por trás um cenário com o logotipo desta instituição.

Considerando que “o que é natural” é PSD e CDS-PP concorrerem separados, Passos Coelho acrescentou: “O nosso objectivo é o de conseguir que, juntos, o eleitorado perceba, não só que nos propomos governar a seguir às eleições com um determinado projecto que o eleitorado conhece, mas também que tornamos mais fácil que esse projecto tenha uma maioria no parlamento. É esse o

objectivo, justamente”.

O presidente do PSD frisou que acordou com Paulo Portas proporem uma coligação pré-eleitoral aos respectivos órgãos partidários e disse não entender que se considere um insulto ao 25 de Abril a escolha dessa data para a celebração desse compromisso. “Não vejo nenhuma necessidade de responder, não vejo porque é que há de ser um insulto, nem sequer percebo a observação”, reagiu Passos Coelho, questionando: “Por estar dedicado ao Dia da Liberdade, o PSD e o CDS-PP, ou os seus líderes, não podem anunciar a intenção de propor aos seus partidos uma coligação pré-eleitoral?”.

Segundo o líder dos sociais-democratas, essa data é, aliás, “uma oportunidade muito feliz”, porque permite associar a “vontade para futuro” da coligação PSD/CDS-PP “a um dia tão carregado de simbolismo”. Isto porque, argumentou, o projecto de PSD e CDS-PP é de “libertação de Portugal daquilo que é o fardo dos erros passados, da dívida herdada, do resgate financeiro que teve de realizar e de consolidar as políticas de crescimento e de recuperação”.

Quanto à opção por uma aliança com o CDS-PP, Passos Coelho defendeu que “nenhum dos partidos tem nenhuma razão para temer o julgamento do eleitorado” e que “é natural que concorram, em circunstâncias normais, separados - foi assim no passado e há-de ser assim no futuro”.

Contudo, sustentou que Portugal vive “circunstâncias especiais” e que, tendo como objectivo formar “um Governo estável, com maioria”, faz sentido que PSD e CDS-PP “tenham essa maturidade de pôr os egoísmos partidários de lado” e se apresentem juntos para “renovar o trabalho que fizeram”.

Questionado sobre se em anteriores declarações apontou como cenário ideal o PSD apresentar-se sozinho, Passos Coelho respondeu: “O que eu disse é que todos os partidos, podendo aspirar a ter uma maioria absoluta sozinhos, não deixam de ter essa aspiração. Mas eu vivi sempre com os pés assentes na terra e não com falsas ilusões”.

“Numa altura em que nós queremos oferecer aos cidadãos a possibilidade de ter um Governo de maioria, ela parecerá muito mais plausível aos cidadãos se nós podermos unir as nossas forças para as eleições, e não as dividir”, considerou, descrevendo esta atitude como “muito racional, muito lógica”.

Desemprego em Portugal tem vindo a baixar

O Primeiro-Ministro recorda que o desemprego em Portugal tem vindo a baixar “paulatinamente”, mas ainda é “muito elevado”, referindo que as revisões do número de desempregados são “compatíveis” com a projecção feita pelo Governo. “Iniciámos uma trajectória descendente do desemprego já há bastante tempo, já há quase dois anos, ele tem vindo paulatinamente a baixar, e o emprego tem vindo a aumentar também paulatinamente e, em termos de tendência, essa evolução não tem sido colocada em causa, o que é positivo”, afirmou Pedro Passos Coelho. No entanto, “isso não significa que ainda assim não tenhamos um nível de desemprego que é muito elevado”, frisou o chefe do Governo, aos jornalistas, após inaugurar a feira de agro-pecuária Ovibeja, em Beja.

Segundo Pedro Passos Coelho, as revisões da taxa de desemprego que têm vindo a ser feitas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) “são compatíveis com aquilo que foi a projecção que o Governo fez”, considerando que “este é o ponto” que considera ser “mais importante”.

O chefe do Governo reagia às estimativas provisórias do desemprego em Portugal divulgadas hoje pelo INE, segundo as quais a taxa de desemprego foi de 13,5 por cento em Março, menos 0,1 pontos percentuais do que em Fevereiro e menos 1,2 pontos percentuais face ao período homólogo.

No documento divulgado, o INE revê em baixa a taxa de desemprego de Fevereiro, que passou de 14,1 por cento, conforme foi divulgado no mês passado, para 13,6 por cento, segundo os dados de 30 de Abril. Em Março, a estimativa provisória da população desempregada foi de 692,6 mil pessoas, menos 6,8 mil (ou diminuição de 1 por cento) face ao mês anterior, segundo a estimativa do INE. Apesar de frisar que ainda não viu os números hoje divulgados e o que foi “apresentado como justificação por parte do INE”, Pedro Passos Coelho disse que pode aperceber-se de que “o INE corrigiu os números do mês de Fevereiro, que foi justamente o mês em que apresentou uma correcção também e uma estatística que mostrava um aumento significativo do desemprego mensal”.

“O que agora o INE vem dizer é que, afinal, esse aumento não existiu e, portanto, em cadeia, de um mês para o outro, de Fevereiro para Março, o desemprego caiu 0,1 pontos percentuais, mas no mês anterior, em vez de ter subido 0,6 pontos percentuais, afinal não tinha tido esse agravamento e, portanto, isso agora foi corrigido ao contrário”, afirmou.

Segundo o Primeiro-Ministro, “é importante anotar esta nova estatística mensal que o INE apresenta”, porque “é uma série nova que está sujeita a várias rectificações, que são estatisticamente normais, e isso só significa que temos de olhar para estes números mensais com alguma prudência, porque estão sujeitos a revisão”.

Recuperação económica “mais vigorosa” nos próximos anos

Pedro Passos Coelho defende que a recuperação económica de Portugal poderá ser “mais vigorosa” nos próximos anos, mas alertou que tal depende das “escolhas políticas” e “do dia-a-dia” que forem feitas. “É com realismo que lhes digo que, se soubermos manter aquilo que tem sido a nossa persistente recuperação, não há nenhuma razão para pensar que não estaremos em condições, nos próximos anos, de assistir a uma recuperação mais vigorosa da economia em Portugal”, afirmou. Isto porque o país, este ano e no próximo, tem a possibilidade de “aproveitar bem as condições de conjuntura” disponíveis, continuou Pedro Passos Coelho, que discursava em Beja, na sessão solene de abertura da feira agro-pecuária Ovibeja.

Condições que, enumerou, passam por “um euro mais competitivo, associado também a taxas de juro de longo



prazo mais baixas que ajudam o investimento e a reciclar uma parte do custo da dívida passada”, e “um preço do petróleo que ajuda bastante” à recuperação económica.

E existe ainda, “durante estes anos, um plano de investimentos estratégicos à escala europeia” que vai ajudar “a completar o esforço de investimento que a banca comercial não acharia tão convidativo nos anos anteriores”, acrescentou.

“Dispomos, portanto, de boas condições, nesta conjuntura, para poder aliviar um pouco o fardo da nossa dívida, atrair mais e melhor investimento, apostar nas qualificações, apostar muito na ligação entre os centros tecnológicos de investigação e as nossas empresas, para poder acrescentar valor e progredir no país nos próximos anos em matéria de recuperação económica”, afirmou.

Mas a concretização deste cenário “depende estritamente” de o país saber “aproveitar bem estas oportunidades”, as quais “não vão durar sempre”, segundo o Primeiro-Ministro.

“Faz sentido não desperdiçar as oportunidades que temos hoje, como já no passado desperdiçámos. Mas, se de alguma coisa nos serve a experiência e a história, é justamente para não repetir os mesmos erros. E eu creio que hoje em Portugal se atribui muito mais importância a essa observação”, disse.

Nos próximos anos, tem de se conseguir “colocar Portugal fora da zona de aperto, fora de uma zona em que a pressão que é colocada em função dos ciclos económicos seja maior”, o que “só depende das escolhas”.

“Não falo apenas das escolhas políticas, evidentemente, falo também das escolhas no dia-a-dia”, realçou Passos Coelho, que defendeu que os apoios europeus até 2020 têm de “render e render bem”.

Na sua intervenção, o Primeiro-Ministro mencionou ainda que, no passado, antes do executivo do PSD/CDS-PP, foram realizados “alguns investimentos que não foram pensados de forma programada”, como é o caso do Aeroporto de Beja.

Papel da NATO é pôr fim à “tragédia humana” no Mediterrâneo



O papel da NATO nos esforços para pôr fim à “tragédia humana” no Mediterrâneo é estabilizar os países de proveniência dos imigrantes e é isso que tem feito, afirmou em Lisboa o secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg. “Há papéis diferentes. A União Europeia trabalha no controlo de fronteiras e nas políticas de imigração, a NATO ajuda a estabilizar países na região”, declarou Stoltenberg, numa conferência de imprensa conjunta com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete. “O problema vai além do norte de África. Muitas das pessoas que atravessam o Mediterrâneo vêm de tão longe como a Ásia, o Afeganistão ou o Médio Oriente. E a NATO tem trabalhado para estabilizar” essas regiões, acrescentou.

“É um elemento da abordagem ao problema”, disse ainda, depois de ter sublinhado que o problema é “um enorme desafio internacional que exige uma resposta abrangente”.

Stoltenberg referiu nomeadamente a missão no Afeganistão, mas também as missões de treino na Jordânia, país que definiu como “uma ilha de estabilidade num mar de instabilidade” que é a região, no Iraque, onde precisou que a Aliança está a avaliar um pedido do governo de Bagdad para maior apoio, e a Líbia, com a qual há cooperação para o reforço das capacidades defensivas.

Jens Stoltenberg realizou dia 27, uma visita a Lisboa, a primeira desde que assumiu a liderança da Aliança Atlântica em Outubro de 2014. Stoltenberg encontrou-se ainda com o Primeiro-Ministro português.



Pedro Passos Coelho no distrito da Guarda

Economia cresce 1,6 por cento em 2015



O Primeiro-Ministro considera que o país está a fazer um caminho de recuperação “muito sensível”, embora a economia deva crescer este ano 1,6 por cento, e advertiu que não devem ser dados “passos maiores” do que a perna. “Nós sabemos que a economia espanhola tem estado a recuperar muitíssimo bem”, afirmou Pedro Passos Coelho. “Nós estamos também a fazer um caminho de recuperação muito sensível. A economia portuguesa deverá este ano crescer pelo menos 1,6 por cento. É a nossa expectativa”, insistiu.

O chefe do Governo entende que a expectativa de crescimento é “prudente” porque não tenciona “entusiasmar em excesso” os cidadãos “com estes números”.

Pedro Passos Coelho declarou ainda que os portugueses percebem a importância de poder preservar a autonomia do país e de “não andar aos trambolhões” sem saber se é preciso aumentar impostos ou fazer mais cortes. “Tenho a certeza de que a generalidade das pessoas em Portugal percebe hoje que o preço que todos pagámos para reequilibrar o barco foi muito elevado”, frisou. Por isso, no seu entender, “as pessoas estimam hoje, mais do que nunca, a precaução e a prudência” com que está a ser construído o futuro.

“Independentemente das preferências partidárias que existam, as pessoas, de um modo geral, sabem que é muito importante poder preservar a nossa autonomia, não andar aos trambolhões sem saber se precisamos de aumentar impostos ou cortar mais daqui ou acolá, porque não há dinheiro que chegue”, afirmou.

Pedro Passos Coelho esteve, no dia 30, na FIT 2015 – Feira Ibérica de Turismo, na Guarda, visitou a LactoSerra e inaugurou a Queijaria Sabores do Dão, em Aguiar da Beira.



Celebração do Dia Internacional do Trabalhador

“O futuro está nas nossas mãos”



Mais de 1100 trabalhadores marcaram presença na quinta-feira, 30 de Abril de 2015, num jantar de comemoração do Dia do Internacional Trabalhador, que este ano, se celebrou na cidade do Porto, na sala do Arquivo da Alfândega do Porto. Virgílio Macedo, presidente da Distrital do PSD do Porto, Manuel Pereira Gomes, presidente da Distrital dos TSD do Porto, e Lucinda Dâmaso, presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Nacional dos TSD fizeram as primeiras intervenções da noite.

Pedro Roque, secretário-Geral dos Trabalhadores Social Democratas, participou nesta comemoração e afirmou que, ao longo da sua história, “o PSD formou governos nacionais que foram responsáveis pela criação de riqueza necessária para que o Estado Social conseguisse evoluir nos seus objectivos como também torná-los efectivamente sustentáveis”. Relativamente à situação política nacional, Pedro Roque declarou: “Não queremos nem novos incumprimentos nem novos resgates. O que queremos é a continuação de um país em crescimento e responsável. Em nome do futuro, em nome de Portugal”.

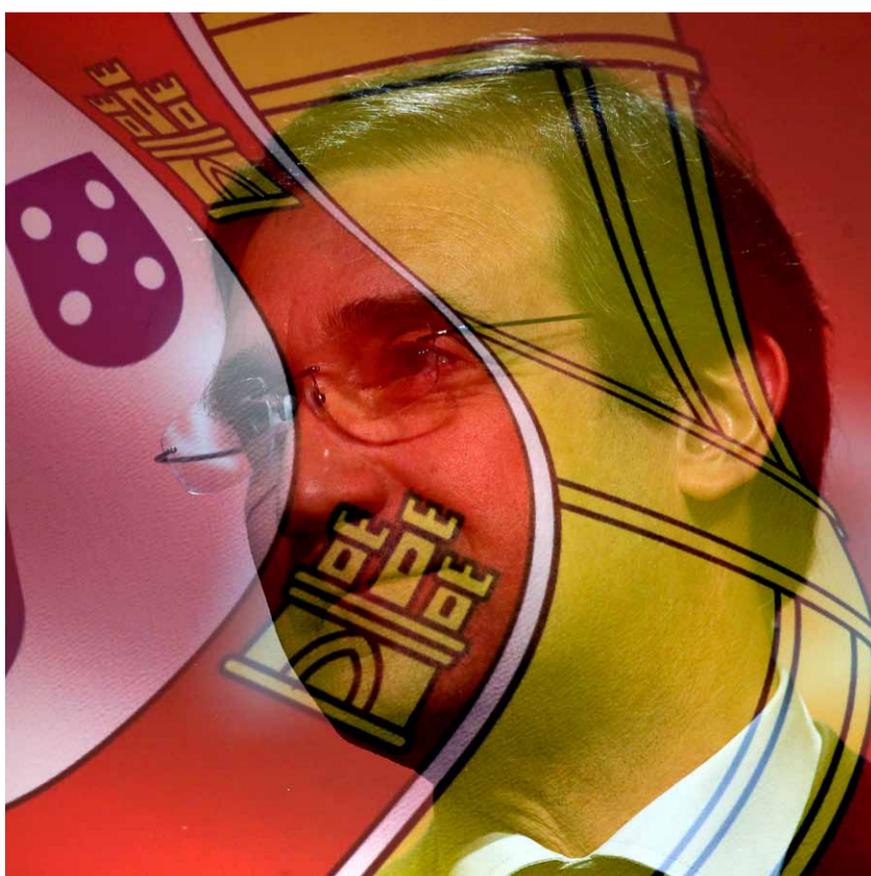
O momento mais aguardado da noite aconteceu quando Pedro Passos Coelho subiu ao palco. Com uma intervenção bastante aplaudida por todos os presentes, o presidente do Partido Social Democrata e Primeiro-Ministro de Portugal começou por referir que “apesar dos anos duros que travámos, foi possível fazer um caminho de coesão social em Portugal”.

Pedro Passos Coelho também se pronunciou sobre a greve dos pilotos da TAP. “Como é possível em 2015, passados quarenta e um anos do 25 de Abril e vivendo num regime democrático, meia dúzia de pessoas colocarem em risco o futuro desta Empresa e de muitas Empresas em Portugal? A TAP, como companhia de bandeira, cumpre uma missão importante”, disse.



“Que pena que este 1º de Maio esteja ao serviço de quem não está seguramente ao serviço dos trabalhadores”, rematou.

Ao terminar, Pedro Passos Coelho elogiou, uma vez mais, o crescimento da economia nacional que já é visível a todos os níveis perante os seus resultados: “Em 2015 será a primeira vez, em quinze anos, que sairemos do défice excessivo. E, em 2019, teremos excedente orçamental. Isto nunca aconteceu em Democracia”, afirmou o líder do PSD, acrescentando que “o futuro está nas nossas mãos”.



Conselheiros nacionais aprovam coligação por unanimidade



Segundo o porta-voz da Comissão Política Nacional do PSD, Marco António Costa, o documento que foi a votos “detalha os princípios gerais” do compromisso que foi apresentado e assinado pelos presidentes dos dois partidos no sábado, dia 25 de Abril, “num articulado mais concreto e que identifica com grande clareza aquilo que é fundamental numa coligação”.

Uma das cláusulas desse articulado consiste numa ressalva quanto ao momento em que os dois partidos deverão tomar uma decisão de apoio a um candidato presidencial, para não excluir em absoluto a possibilidade de isso acontecer antes das legislativas, que decorrerão entre Setembro e Outubro: “Os dois partidos comprometem-se a dialogar no sentido de, preferencialmente, após as legislativas, apoiarem um candidato em comum à eleição presidencial de 2016”. Isso mesmo reafirmou vice-presidente Marco António Costa, pois “a intenção que está expressa” nos termos do acordo de coligação entre PSD e CDS-PP é os dois partidos apoiarem o mesmo candidato presidencial.

Nestas declarações aos jornalistas, Marco António Costa falou também das 29 perguntas que enviou ao PS, afirmando que não tem “pressa em obter uma resposta” e que espera receber “todos os elementos indispensáveis”. O porta-voz do PSD considerou que a iniciativa de pedir esclarecimentos sobre o plano macroeconómico dos socialistas e a forma como o PS reagiu a esse pedido “é um contributo muito importante para a elevação do debate político em Portugal”.

O Conselho Nacional do PSD aprovou, dia 29, por unanimidade, a proposta de coligação com o CDS-PP para as eleições legislativas. O documento com os termos dessa coligação, que foi aprovado pelo Conselho Nacional do PSD, refere que os dois partidos “apresentar-se-ão às eleições legislativas em listas conjuntas, com o objectivo de continuar a oferecer a Portugal um projecto político de esperança e responsabilidade, com estabilidade política”.

Quanto à elaboração das listas, o texto aprovado determina que os candidatos do PSD e do CDS-PP serão ordenados pelo “critério da transposição dos resultados obtidos em cada círculo eleitoral nas eleições legislativas de 2011, atendendo à lei da paridade e promovendo a inclusão de figuras independentes”.

O Conselho Nacional do PSD, órgão máximo entre congressos, votou este acordo de coligação por proposta da Comissão Política Nacional do PSD, numa reunião realizada num hotel de Lisboa, que teve início cerca das 21h30 de quarta-feira.



Reunião dos dirigentes nacionais e distritais do PSD e do CDS-PP

“O sentimento desta reunião é de vitória”



Dirigentes nacionais e distritais do PSD e do CDS-PP reuniram na segunda-feira, 4 de Maio, para tratar da estrutura orgânica da coligação para as legislativas com "sentimento de vitória" e remeteram para data "surpresa" a divulgação do seu programa eleitoral. "Nós temos primado pela surpresa, portanto, vamos mantendo isto na base da surpresa, que tem sido bastante útil porque, por um lado, permite também que se evite algum tipo de especulação, e, por outro lado, julgo que temos escolhido datas bem simbólicas para fazer coisas interessantes, como foi o caso do 25 de Abril", declarou o porta-voz e vice-presidente coordenador do PSD aos jornalistas.

Marco António Costa fez esta declaração depois de questionado sobre o momento em que os eleitores vão conhecer o programa eleitoral da coligação PSD/CDS-PP, numa conferência de imprensa conjunta com o vice-presidente e líder parlamentar dos centristas, Nuno Magalhães, na sede nacional do PSD, em Lisboa.

Marco António Costa antecipou-se a questões sobre o nome e as listas da coligação PSD/CDS-PP, afirmando que essas tarefas só serão tratadas "muito mais à frente", e apontando como prioridades actuais "conjugar o trabalho que a nível programático está feito por um e outro partido" e "associar as estruturas distritais".

O porta-voz do PSD referiu que, se as legislativas forem a 27 de Setembro ou a 4 de Outubro, as listas de candidatos terão de ser entregues entre 17 e 24 de Agosto. "Por norma, os partidos resolvem essas questões dez dias antes nos seus conselhos nacionais", salientou.

Segundo Nuno Magalhães, esta primeira reunião entre estruturas distritais do CDS-PP e do PSD destina-se a "mobilizar as pessoas, dinamizar a coligação, entrosar as estruturas partidárias", com a ressalva de que haverá "independentes" nas listas da coligação.

Marco António Costa adiantou que o processo de "constituição de órgãos próprios de coordenação política" da coligação, que incluem "uma comissão política distrital que congregará representantes dos dois partidos" e "uma direcção de campanha".

Os dois dirigentes sustentaram que nessas eleições os portugueses vão escolher entre um projecto realista de recuperação económica e de poder de compra da coligação PSD/CDS-PP e um projecto de ilusão e facilitismo apresentado pelo PS.



José Matos Rosa nos 40 Anos do PSD de Bragança

“Portugal é hoje um país em crescimento”

O secretário-Geral do PSD deslocou-se no sábado, 2 de Maio, à capital de distrito do nordeste transmontano, para participar na comemoração do 40.º aniversário do Partido Social Democrata de Bragança. Perante os militantes e simpatizantes presentes, José Matos Rosa destacou a grande mobilização social-democrata nas comemorações dos “40 Anos de Democracia, 40 Anos de PSD”, de norte a sul do país: “As comemorações que se desenrolaram durante este último ano constituíram, à semelhança do que vemos aqui em Bragança, um momento de grande mobilização de todas as estruturas partidárias”, referiu.

Em relação ao crescimento, que já começa a ser bastante visível, José Matos Rosa frisou o trabalho que tem sido efectuado pelo actual Governo: “O caminho que trilhámos com os Portugueses teve momentos de dificuldade, mas há uma conquista que é confirmada pelos factos: um país que se encontrava em 2011 à beira da bancarrota é hoje um país em crescimento”.

Para o secretário-geral do PSD, o “tempo é de esperança e assim tem de se manter” uma vez que “as condições que permitem o nosso crescimento económico foram conquistadas. Temos de lutar por elas. Temos de impedir que se coloque em causa a nossa sustentabilidade económica através da promessa fácil e irresponsável”.

Portugal tem agora finalmente as condições necessárias para um futuro próspero e responsável: “O nosso caminho é para o futuro. É um futuro que estamos a construir juntos e que nos liberta dos erros do passado”.



Portugal poupa 147 milhões de euros em tecnologias de informação

O Governo poupou 147 milhões de euros em tecnologias de informação na administração pública desde 2011 até ao momento e espera chegar a cerca de 332 milhões de euros em 2016, avançaram fontes governamentais. Estes são os primeiros resultados do Plano Global Estratégico de racionalização e redução de custos com as Tecnologias de Informação e Comunicação (PGETIC) na Administração Pública, criado em 2012 tendo por referência o ano de 2011.

A mesma fonte avançou que os ministérios reportaram até ao momento poupanças de 147 milhões de euros, dos quais 131,26 milhões de euros foram atingidos até 31 de Dezembro de 2014, valor que ultrapassa os 119,219 milhões de euros que tinham sido estimados.

Até ao final de 2014, o Estado poupou directamente em TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) cerca de 54 milhões de euros e 77 milhões de euros em "Não TIC" (num total de cerca de 131 ME), ou seja, na utilização racional decorrente das tecnologias de informação.

Já em 2015 e 2016, as poupanças totais subirão para cerca de 158 milhões de euros e quase 332 milhões de euros, respectivamente, segundo as estimativas das mesmas fontes.

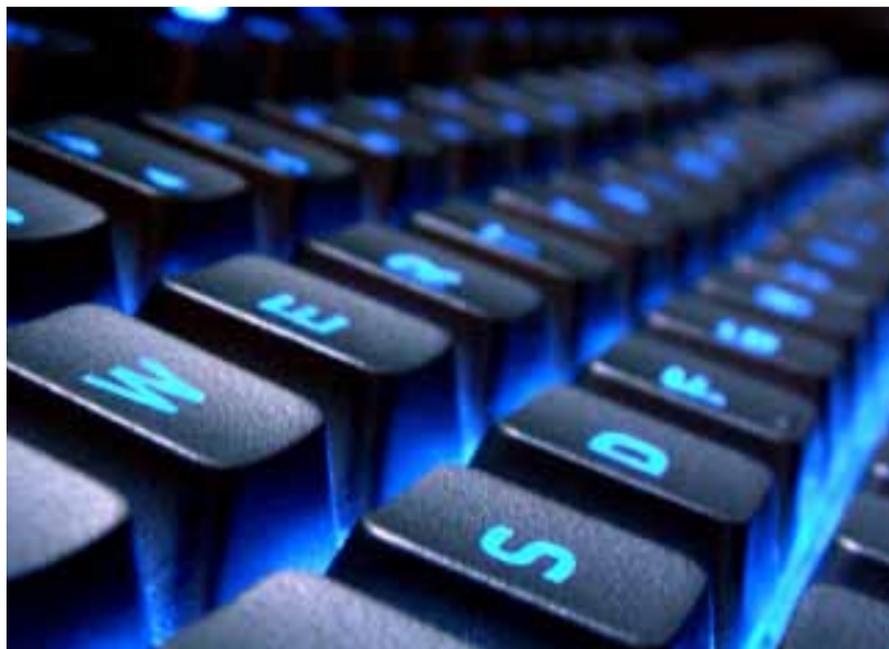
Nos dois anos, o Governo conta poupar directamente em TIC 89 milhões no primeiro ano e 143 milhões de euros no segundo, destacando contudo que a poupança com "Não TIC" tem o maior potencial de crescimento (para 69 milhões de euros e 189 milhões de euros, em 2015 e 2016, respectivamente).

O plano, feito da base para o topo, prevê 25 medidas de racionalização divididas em cinco eixos (que os ministérios identificaram através de planos sectoriais).

Em relação à base de dados do Estado, as fontes intervenientes no processo adiantam que o Governo não tem planos para que haja uma transferência para entidades privadas.

O Governo está a preparar um diploma onde vai estender os serviços de telefone fixo (VoIP) como uma obrigação legal que os operadores de telecomunicações têm de integrar na sua oferta, aquando da sua renegociação dos contratos com o Estado. O objetivo é que todos os telefones fixos da Administração Central tenham um ponto de tráfego central, permitindo que comunicações fixas dentro do Estado sejam gratuitas, gerando assim poupanças. Nesta primeira fase, a proposta legislativa prevê apenas a aplicação desta medida para o fixo. Outra das medidas passa também pelo 'software' aberto, pelo que decorrem actualmente negociações de contratos com os três principais 'players': Microsoft, Oracle e SAP.

A informação sobre as despesas e poupanças geradas com as TIC estão disponíveis no portal www.tic.gov.pt, o que vai permitir a monitorização das medidas que cada ministério tem planeado e avaliar a sua evolução.



PSD recebeu a UGT

Uma delegação do PSD, constituída pelo vice-presidente coordenador, Marco António Costa, secretário-geral, José Matos Rosa e o secretário-geral dos Trabalhadores Social Democratas, Pedro Roque, reuniu-se com a UGT no dia 30 de Abril. A central sindical liderada por Carlos Silva apresentou ao PSD um "conjunto de sugestões e recomendações", documento intitulado "Um guião para a legislatura 2015-2019", referiu o dirigente da UGT. Por sua vez, Pedro Roque afirmou que o PSD "comprometeu-se a analisar detalhadamente o documento e a solicitar, por seu turno, uma reunião com a central UGT no sentido de debater os pontos constantes desse documento". Pedro Roque ressaltou também que "há uma necessidade, de facto, de repensar a concertação social e obviamente que aí o papel da central UGT e dos parceiros sociais é absolutamente incontornável".



Portugal, Espanha, França e Marrocos criam grupo de cooperação antiterrorismo

Portugal, Espanha, França e Marrocos criaram um subgrupo de trabalho para fomentar a cooperação operacional, estabelecer orientações e monitorizar os resultados no âmbito da prevenção e luta contra o terrorismo. A criação do subgrupo de trabalho foi decidida hoje durante a terceira reunião do denominado grupo G4, que integra a ministra portuguesa da Administração Interna e os ministros do Interior de Espanha, França e Marrocos, um encontro que decorreu no Forte de São Julião da Barra, em Oeiras, dia 28.

“No combate e prevenção do terrorismo, que agora se apresenta sob novas formas e exige novas respostas, decidimos a criação de um subgrupo de trabalho para fomentar a cooperação operacional, estabelecer orientações e monitorizar os resultados”, disse a ministra da Administração Interna, numa conferência de imprensa realizada após o Encontro Ministerial Quadripartido.

Anabela Rodrigues adiantou que Portugal vai integrar o novo grupo de trabalho, que vai dedicar-se à definição das prioridades operacionais no domínio da prevenção e luta contra o terrorismo.

No encontro, os ministros consideraram também fundamental eliminar “as fontes do extremismo violento, através de uma abordagem global baseada tanto na prevenção e luta contra a radicalização, especialmente na internet, como no reforço dos meios para neutralizar o movimento de combatentes estrangeiros”.

“O grau de ameaça é extremamente alto”, disse aos jornalistas ministro do interior francês, Bernard Cazeneuve, recordando os recentes ataques terroristas em Paris, Tunes e Copenhaga.

O ministro francês insistiu na necessidade da União Europeia adoptar o PNR (registo de nomes de passageiros) para controlar os jihadistas estrangeiros que se preparam para regressar à UE da Síria e do Iraque.

Este dispositivo permitirá às autoridades dos países da UE ter “uma ideia clara dos caminhos que percorrem” e se possível proceder à sua detenção, disse.

O ministro do interior francês defendeu ainda o “estabelecimento de controlos de forma coordenada e sistemática no espaço Schengen”, sem ser alterado o texto original deste acordo.

No domínio da prevenção e tráfico de estupefacientes, bem como em matéria de reforço da cooperação policial, os quatro países comprometeram-se também “a intensificar a troca de informações e de boas práticas”.



Os ministros de Portugal, Espanha, França e Marrocos voltam a reunir-se no próximo ano, em Espanha, que vai assumir a presidência do G4. Esta foi a terceira vez que os ministros de Portugal, Espanha, França e Marrocos se reuniram no âmbito do G4, depois de Rabat e Paris.

Combustíveis simples trazem poupanças aos consumidores

A introdução dos combustíveis simples representará uma poupança anual de 200 milhões de euros na factura dos portugueses, considerados os atuais níveis de consumo, estima o ministro da Energia, Moreira da Silva. O governante fez as contas da poupança com a opção pelos combustíveis simples, que desde 17 de Abril são comercializados em todos os postos de abastecimento por imposição legal. “Desvalorizar três cêntimos [por litro] é não estar em linha com as preocupações dos portugueses. Trata-se de 200 milhões de euros por ano que serão poupados aos consumidores”, declarou Moreira da Silva.

Duas semanas após a entrada em vigor da lei nº. 6/2015, a legislação foi um dos temas mais tratados, sem gerar discussão até porque a legislação foi aprovada por unanimidade.

Já a tarifa social, o corte nas rendas do sector energético e a dívida tarifária foram os temas que geraram controvérsia, sobretudo com a deputada do PS Hortense Martins a acusar o Governo de ter falhado as metas de aplicação de tarifas mais baixas.

Sobre este tópico, Moreira da Silva admitiu que o número de beneficiários é baixo, o que, acrescentou, levou o Governo a implementar uma reforma - com o objectivo de chegar aos 500 mil beneficiários - que só poderá ser aferida em Maio.

“A tarifa social que estava em curso beneficiou 60 mil consumidores com uma redução das tarifas de 20 por cento. Concordo com o seu diagnóstico, mas foi isso que nos levou a rever a lei. Não só reconheço, como fizemos a reforma. Houve coragem da parte do Governo para fazer a reforma”, afirmou.

Já sobre a dívida tarifária, Moreira da Silva recordou a deputada socialista que “este Governo não gerou dívida tarifária”, considerando que “o mínimo que se pede ao PS é que não se esqueça de quem gerou a dívida tarifária”.

Mapeamento de equipamentos públicos visa evitar duplicação

O Governo vai fazer o mapeamento dos equipamentos públicos para evitar duplicação de investimentos, sendo a colocação dos mesmos definida em conjunto com as autarquias. Miguel Poiães Maduro revelou aos deputados da Comissão de Economia e Obras Públicas que Portugal está “acima da média europeia”, no que diz respeito a alguns domínios dos equipamentos públicos, explicando que o mapeamento é necessário “para evitar duplicações de investimento e investimentos desarticulados como aconteceu no passado”.

O ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional deu como exemplo a proliferação de piscinas municipais, citando o caso de quatro municípios - que não nomeou - cada um com uma piscina, que se encontram actualmente encerradas por falta de procura. “Não nego que não existam casos pontuais de equipamentos que são necessários, mas não é essa a prioridade”, respondeu aos deputados socialistas, considerando “inacreditável” o montante investido no programa Parque Escolar.

“Se calhar, se os dois mil milhões que foram gastos

tivessem sido bem gastos, já não haveria escolas a precisar de investimentos”, criticou, assegurando que “o objectivo do mapeamento é garantir sustentabilidade dos investimentos e que são feitos de forma coordenada”, devendo ser partilhados.

O mapeamento vai ser feito pelos serviços da administração central, que irão estabelecer os critérios que determinam a necessidade de um determinado equipamento, para depois, em conjunto com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, comunidades intermunicipais e municípios, decidir onde será colocado. “Vai permitir um investimento muito mais eficiente e inteligente”, sublinhou.

Questionado sobre qual a intervenção da Comissão Europeia nestas decisões, Poiães Maduro garantiu que não será Bruxelas a decidir se vão ser construídas ou não escolas e que não terá direito de veto. “Só averigua a conformidade do método que foi usado”, destacou.

Os regulamentos do Portugal 2020 prevêem ainda “regras de sustentabilidade” e preços de referência para

os projectos.

Poiães Maduro assinalou ainda que Portugal é o país da União Europeia com maior taxa de execução ao nível dos fundos europeus, mostrando-se “confortavelmente seguro” de que o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), cuja execução se situa nos 90%, estará totalmente executado até ao final do ano.

O novo ciclo de fundos comunitários, Portugal 2020, cuja programação se estende até 2020, abriu os primeiros concursos em Dezembro de 2014, estimando-se que, ao fim de dois anos, a execução esteja acima dos 5%, segundo Poiães Maduro.

O ministro adiantou ainda que foram executados 2.600 milhões do QREN em 2014 e que conta com mais quatro mil milhões de euros para este ano, o que significa “o maior volume de fundos europeus investido na economia num único ano”, esclarecendo em resposta posterior ao deputado Bruno Dias que três mil milhões de euros serão provenientes do QREN e os restantes mil milhões do Portugal 2020.

Conselho de Ministros de 30 de Abril de 2015

1. O Conselho de Ministros aprovou a proposta de Lei de Enquadramento Orçamental. O sistema preconizado nesta proposta, seguindo uma linha já evidenciada pela actual Lei de Enquadramento Orçamental e seguindo orientações internacionais e comunitárias neste domínio, vem definir um sistema integrado de programação orçamental, o que implica uma alteração de toda a estrutura e composição da Lei de Enquadramento Orçamental, em matéria de princípios e regras, execução e controlo.

Considera-se que as exigências de controlo da despesa e de disciplina orçamental estão a montante e que esse controlo se faz, fundamentalmente, através de quadros de programação de médio prazo. Estes condicionarão, a jusante, a gestão orçamental num plano mais micro.

Um programa orçamental tem como objectivo associar a utilização de recursos públicos à obtenção de um certo resultado. A ênfase num programa é mais colocada no lado dos resultados em vez do dos recursos. Isto significa que a orçamentação por programas não é necessariamente uma forma de reduzir a despesa pública.

A proposta de lei de enquadramento orçamental, introduz outras inovações. Em primeiro lugar, simplificar o calendário orçamental, ligando-o às datas chave do Semestre Europeu. Nesta linha sugerem-se dois momentos essenciais no ciclo orçamental anual: actualização do Programa de Estabilidade, acompanhada das propostas de Grandes Opções do Plano e de Quadro Orçamental Plurianual, a 15 de Abril; entrega à Assembleia da República da proposta de lei do Orçamento do Estado para o ano seguinte, a 1 de Outubro.

Em segundo lugar, contribuir para a redução da fragmentação orçamental, aumentando a responsabilidade dos ministérios sectoriais e alterando o papel do Ministério das Finanças na gestão e controlo orçamentais.

Em terceiro lugar, assegurar que a orçamentação por programas está efectivamente focada na obtenção de resultados, susceptíveis de ser avaliados com recurso a um conjunto de indicadores mais relevantes.

Por último, propõe-se a criação, no âmbito do Ministério das Finanças, de uma área de Contabilidade e Relato, visando melhorar o relato e a monitorização dos fluxos de caixa e económicos, reconhecendo e mensurando activos, passivos, rendimentos, gastos, despesas, receitas, pagamentos e recebimentos.

2. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei no sentido de permitir ao Governo rever o Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA), o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF), o Código dos Contratos Públicos, o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, a Lei de Participação Procedimental e de Acção Popular, o Regime Jurídico da Tutela Administrativa, a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos e a Lei de Acesso à Informação sobre Ambiente.

O primeiro aspecto da revisão do CPTA prende-se com o fim do regime dualista da acção administrativa especial/acção administrativa comum, passando todos os processos a tramitar sob uma única forma de acção, designada como acção administrativa.

Esta revisão pretende dar uma resposta célere a litígios relacionados com procedimentos administrativos que envolvam um elevado número de participantes, visando assegurar a concentração num único processo, a correr num único tribunal, de pretensões idênticas que os participantes em procedimentos de massa pretendam deduzir no contencioso administrativo.

Há, por outro lado, a necessidade de articular a revisão com o previsto no novo Código do Procedimento Administrativo.

No domínio das alterações introduzidas ao ETAF, a inovação mais significativa incide sobre a definição do âmbito da jurisdição administrativa.

É também significativa a consagração do funcionamento dos tribunais administrativos de círculo somente com juiz singular, excepto nas situações de julgamento alargado previstas no CPTA, promovendo-se a eficiência dos tribunais de primeira instância.

3. O Conselho de Ministros decidiu suspender o regime de actualização anual das pensões por incapacidade permanente e por morte resultantes de acidente de trabalho, de forma a proteger esses pensionistas.

Esta decisão visa garantir que os pensionistas por acidente de trabalho não tenham, em 2015, uma diminuição do valor nominal das suas pensões, por força da variação anual do índice de preços no consumidor (IPC), disponível em 30 de Novembro de 2014, apresentar um valor negativo.

4. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei relativa ao novo Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Actividade Seguradora e Resseguradora, bem como os regimes processuais aplicáveis aos crimes especiais do sector segurador e dos fundos de pensões e às contra-ordenações, cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, transpondo uma directiva da União Europeia sobre esta matéria a denominada Solvência II.

A directiva Solvência II, que consolida num único articulado 13 directivas, tem como objectivo reforçar a solidez financeira das empresas de seguros e de resseguros, a estabilidade e competitividade do sector segurador e o bom funcionamento do mercado interno, tendo como corolário a protecção dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários.

O novo regime baseia-se em três pilares distintos: requisitos quantitativos, requisitos qualitativos e processo de supervisão e reporte à autoridade de supervisão e divulgação pública de informação.

5. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que, transpondo quatro directivas da União Europeia, regula a actividade de marítimos a bordo de navios que

arvoram bandeira portuguesa, bem como as responsabilidades do Estado português enquanto Estado de bandeira ou do porto, tendo em vista o cumprimento de disposições obrigatórias da Convenção do Trabalho Marítimo, de 2006, da Organização Internacional do Trabalho.

A Convenção regula, nomeadamente, os requisitos da idade mínima, do certificado médico, da formação e qualificações para o trabalho a bordo de navios da marinha de comércio, as condições de trabalho, tais como a celebração do contrato de trabalho, remunerações, duração do trabalho ou do repouso, férias anuais, repatriamento, lotações de segurança, alojamento, instalações de lazer, alimentação e serviço de mesa, protecção da saúde e cuidados médicos, a navegar e em terra, bem-estar e protecção em matéria de segurança social.

6. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei de alteração ao Código Penal, transpondo integralmente duas directivas da União Europeia, uma relativa à protecção do ambiente através do direito penal e uma outra relativa à poluição por navios e à introdução de sanções em caso de infracções.

7. O Conselho de Ministros aprovou o novo Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS), alterando as fórmulas de cálculo das pensões de modo a permitir a sua sustentabilidade.

É introduzida uma nova fórmula de cálculo que reflecte as contribuições efectuadas durante toda a carreira contributiva e a respectiva actualização monetária, assegurando-se, por um lado, a adequação do valor da pensão ao histórico contributivo de cada beneficiário e, por outro lado, o reconhecimento da valorização das contribuições

O novo Regulamento da CPAS garante o respeito pelos direitos em formação, ao assegurar que para todos os beneficiários que tenham cumprido o período de elegibilidade para o acesso à pensão de reforma ou subsídio de invalidez, seja reconhecido o tempo de contribuições efectuadas pelo regime anteriormente em vigor, de forma proporcional.

8. O Conselho de Ministros aprovou as regras que estabelecem a livre circulação de artigos de pirotecnia, bem como os requisitos essenciais de segurança que os artigos de pirotecnia devem satisfazer tendo em vista a sua disponibilização no mercado, transpondo uma directiva da União Europeia que harmoniza as disposições em vigor nos diversos Estados-Membros, relativas à colocação no mercado de artigos de pirotecnia.

É ainda transposta uma directiva de execução que determina a criação de um sistema de rastreabilidade dos artigos de pirotecnia, que garanta a identificação dos mesmos e respectivos fabricantes, ao longo de toda a cadeia de fornecimento.

Visando a protecção da saúde, a segurança e o ambiente e dados os perigos inerentes ao uso de artigos de pirotecnia, são fixados os limites de idade mínima dos consumidores para a sua aquisição e respectiva utilização, sendo restringida a aquisição de fogo-de-artifício de categoria F1 a menores de 14 anos. É ainda exigido que a rotulagem dos artigos de pirotecnia apresentem as informações suficientes e apropriadas para uma utilização segura.

9. O Conselho de Ministros aprovou o Sistema Nacional de Informação e Registo Animal, estabelecendo as regras para identificação, registo e circulação dos animais das espécies bovina, ovina, caprina, suína e equídeos, bem como o regime jurídico dos centros de agrupamento, comerciantes e transportadores e as normas de funcionamento do sistema de recolha de cadáveres na exploração.

Pretende-se, com as alterações agora aprovadas, simplificar e desmaterializar os procedimentos inerentes à identificação e ao registo das ocorrências verificadas com animais, reduzindo, assim, os custos associados a essas acções.

10. O Conselho de Ministros aprovou a transferência das atribuições e competências relativas ao Sistema de Informação para o Património (SIPA), do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., para a Direcção Geral do Património Cultural (DGPC).

Esta decisão visa a melhor gestão deste acervo documental e de informação, integrando-se na DGPC os sistemas informáticos do SIPA, os equipamentos e as instalações no Forte de Sacavém, bem como os meios humanos afectos ao mesmo.

11. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração ao regime jurídico aplicável ao pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, introduzindo-lhe ajustamentos em matéria de provimento e comissão de serviço.

Visando uma maior transparência, passa a ser obrigatório incluir uma nota curricular nos despachos de designação do pessoal especializado do MNE.

Foi ainda decidido excepcionar da duração máxima da comissão de serviço o exercício de funções do pessoal especializado na área de competência eclesiástica, à semelhança do que hoje sucede com o cargo de tradutor/intérprete.

12. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que corrige a delimitação georreferenciada das regiões hidrográficas.

13. O Conselho de Ministros mandatou o membro do Governo responsável pela área do turismo para autorizar a alienação pela Amorim Entertainment and Gaming International SGPS, S.A., da totalidade do capital social da Grano Salis Investimentos Turísticos, Jogo e Lazer, S.A., bem como dos activos de que esta seja directa ou indirectamente titular, à BL&GR, S.A., estabelecendo ainda as condições para a concessão dessa autorização.

Dado que a alienação pretendida consubstancia uma mera alteração na composição accionista da concessionária (Grano Salis), a mesma poderá ser autorizada desde que se mantenham as obrigações assumidas pela concessionária no contrato de concessão da exploração de jogos de fortuna ou azar na zona de jogo de Troia.

Parlamento aprova relatório final ao BES



O deputado relator da comissão parlamentar de inquérito BES/GES, Pedro Saraiva (PSD), mostrou-se “muito confortável” com as alterações ao texto final trazidas por outras bancadas parlamentares, lembrando o “espírito construtivo” dos trabalhos. Declarando querer que o relatório final dos trabalhos seja agora “o relatório da comissão de inquérito e não do deputado relator”, Pedro Saraiva diz que as alterações conduzidas foram feitas de “forma equilibrada”, com “múltiplos pontos de vista”. “Estou muito confortável com a melhoria que foi possível alcançar”, venceu o responsável, que falava na última reunião dos deputados da comissão de inquérito à gestão do BES e do Grupo Espírito Santo (GES), que discutiu e votou, dia 29 de Abril, o relatório final dos trabalhos, depois de conhecido o texto preliminar.

Carlos Abreu Amorim elogiou a “coragem assinalável” do Primeiro-Ministro e da ministra das Finanças na gestão do caso BES, declarando que evitaram que o contribuinte e o Estado “fossem prejudicados ainda mais” pelo colapso do banco e do GES. “Com outra ministra, com outro Primeiro-Ministro (...) seria altamente provável que a vontade de Ricardo Salgado em obter os fundos que considerava necessários ao GES lhe fossem facilitada”, venceu o deputado coordenador do PSD na comissão de inquérito à gestão do BES e do GES, Carlos Abreu Amorim.

O social-democrata falava na última sessão da comissão de inquérito, onde está a ser discutido e votado o relatório final dos trabalhos, a cargo do deputado do PSD Pedro Saraiva. O relator, apontou Carlos Abreu Amorim, esteve “não só” à “altura do nível dos trabalhos” da comissão como inclusivamente idealizou um texto que acaba por ser um dos “pontos de referência” da comissão parlamentar de inquérito. “Esta comissão de inquérito, ao longo dos seus trabalhos e no relatório final, soube elevar, abrir caminhos, ser peregrina em terrenos em que muitos, com muita experiência política, julgavam não ser possível”, sublinhou o social-democrata.

O presidente desta comissão parlamentar de inquérito, Fernando Negrão (PSD), fechou os trabalhos, garantindo que procurou criar condições para o bom trabalho dos deputados. Numa curta intervenção no final dos trabalhos da comissão, Negrão traçou uma retrospectiva dos cerca de seis meses de audições. “Nunca perseguimos ninguém nem nunca julgámos ninguém. Isso cabe aos tribunais”, lembrou o presidente da comissão, enaltecendo o “retrato” feito pelos parlamentares do “problema grave” que sucedeu ao país.

Negrão declarou ainda que nunca mencionou o nome de nenhum partido na comissão, à excepção da votação final, sublinhando que a “essência” de uma comissão de inquérito “é completamente diferente das comissões ordinárias que funcionam todos os dias no parlamento”. “Senhores deputados, muito obrigado por tudo. Até breve”, findou Negrão.

O relatório final da comissão de inquérito - a cargo do deputado do PSD Pedro Saraiva - foi aprovado com os votos favoráveis de PSD, PS, CDS-PP, abstenção do Bloco de Esquerda e voto contra do PCP. A comissão foi proposta pelo PCP - e aprovada por unanimidade dos partidos - e teve a primeira audição a 17 de Novembro do ano passado, tendo sido escutadas dezenas de personalidades, entre membros da família Espírito Santo, gestores das empresas do grupo, reguladores, supervisores, auditores e agentes políticos, entre outros. O objectivo do trabalho dos parlamentares passou por “apurar as práticas da anterior gestão do BES, o papel dos auditores externos e as relações entre o BES e o conjunto de entidades integrantes do universo do GES, designadamente os métodos e veículos utilizados pelo BES para financiar essas entidades”.



Estratégia para o aprofundamento da cidadania

Simão Ribeiro apresentou, na quinta-feira, um projecto de resolução do PSD que solicita ao Governo que defina uma estratégia para o aprofundamento da cidadania e da participação democrática e política dos jovens. Segundo o deputado e líder da JSD, a nossa experiência democrática não pode ofuscar a necessidade permanente de continuarmos a alimentar os nossos valores democráticos em sociedade.

O deputado assinala a degradação crescente da participação política dos jovens portugueses, bastando para isso analisar as taxas de abstenção nos diferentes actos eleitorais. Face a esse cenário, o parlamentar sustenta que a iniciativa do PSD pretende: que se assegure disponibilidade de oferta formativa da disciplina de ciência política no ensino secundário, como optativa para todos os alunos; que seja considerada a promoção e introdução progressiva da cidadania e da ciência política no ensino básico; e a criação de uma campanha nacional que promova a sensibilização, de todos os Agrupamentos de Escola, para a necessidade de levarmos a cabo esta estratégia.

Simão Ribeiro afirmou esperar que esta iniciativa incentive os jovens a aproximarem-se na política e que reconheçam a necessidade de participarem na vida pública do seu país.

Economia social é “oportunidade de criação de emprego”



A economia social pode também ser uma oportunidade de criação de emprego, especialmente entre os mais jovens. Esta é a posição de Duarte Freitas, proferida no final de uma visita ao lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, 29 de Abril. Para o líder regional social-democrata, a economia social tem de dar respostas à pobreza, ao desemprego, à falta de coesão social e à exclusão, que estão cada vez mais presentes na sociedade. No entanto, Duarte Freitas considera que a economia social vai para além das respostas aos mais necessitados, podendo ser ela própria geradora de emprego, “especialmente de emprego jovem”.

“A importância da economia social também se revela noutras vertentes: a capacidade de gerar emprego, a capacidade de ser criativos, inovadores, as empresas e a produção que pode haver nesta pré-inserção de pessoas no âmbito desta economia social”, frisou.

Depois de uma visita ao lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo e de ter dançado a chamarrita (dança tradicional dos Açores) com idosos e funcionários, Duarte Freitas ouviu as sugestões da direcção da instituição sobre a necessidade de melhoria de apoios.

O líder do PSD/Açores considera que os apoios públicos a estas instituições não são suficientes, porque “as solicitações são cada vez maiores”, comprometendo-se a analisar a “curto e médio prazo” as propostas apresentadas.

“O PSD/Açores apresentou recentemente um pacote social, que foi trabalhado em conjunto com muitos dos atores desta Economia Social que refiro, mas esse é um trabalho permanente, que fazemos junto das instituições, no sentido de melhorar as suas condições”, mencionou Duarte Freitas.

PSD/Açores quer esclarecimentos sobre a empresa Sinaga

O PSD/Açores solicitou um conjunto de explicações ao Governo Regional, tendo em vista a situação da Sinaga e da produção de açúcar em São Miguel, já que a empresa “tem uma grande importância no tecido socioeconómico da ilha, com repercussões em toda a região, mas temos assistido a uma grande redução da área local cultivada de beterraba”, disse o deputado Renato Cordeiro.

Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, o social-democrata refere que, “as decisões tomadas pelos últimos conselhos de administração, nomeados pelo Governo Regional, deixam em aberto várias questões mas, em consequência das mesmas, tem havido esse abandono da cultura da beterraba por grande parte dos produtores”, lembra.

Renato Cordeiro quer assim saber “os números da produção de beterraba nos últimos 3 anos e as suas vendas, e qual será necessária para que a Sinaga labore de forma economicamente viável, assim como as previsões da campanha de 2015”, atendendo a que a produção de açúcar “é feita com base em beterraba produzida localmente, mas também com a importação de ramas de beterraba sacarina, decorrendo daí o preço final existente no mercado”, esclarece.

“Considerando a importância que o mercado regional tem para a empresa, onde a indústria confeitaria é um grande cliente, assim como a concorrência com outros produtos de igual teor existente no mercado, é necessário termos estes esclarecimentos da tutela”, avança o deputado.

Renato Cordeiro quer também saber se, a redução da área cultivada “vai condicionar o preço do açúcar” e conhecer “os indicadores económicos da empresa. É preciso ainda ter presente toda a evolução do mercado, designadamente vendas e preços apresentados pela Sinaga e pelos seus concorrentes”, questiona.

O deputado pede também dados sobre a estratégia a aplicar, “em casos de excesso ou insuficiência na oferta. Importante é também esclarecer o ponto da situação em termos de produtos de valor acrescentado e da linha ‘gourmet’ anunciada pela administração da Sinaga”.



Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director-Interino: JOÃO CORDEIRO PEREIRA

Cavaco Silva anuncia no II Conselho Nacional/86



INFLAÇÃO INFERIOR À PREVISTA E SUBIDA DOS SALÁRIOS REAIS

Reunido no passado fim-de-semana, o Conselho Nacional do PSD debateu os pontos em agenda e debateu e apoiou o Regulamento do próximo Congresso Nacional, tendo divulgado no final um comunicado cujo teor publicamos nesta página.

Na reunião, o Presidente da Comissão Política Nacional, Cavaco Silva, teve uma intervenção cujos pontos principais foram revelados à Comunicação Social

pelo Secretário-Geral do nosso partido, Dias Loureiro.

Nessa intervenção, Cavaco Silva fez, em primeiro lugar, uma análise das eleições presidenciais, vincando que o PSD esteve nas eleições como o principal referencial. Em seguida, o Presidente da Comissão Política Nacional interpretou a aproximação clara do PS com o PCP, afirmando que as palavras do PS espantam o PSD, tendo-se referido depois ao eventual

acesso do PCP ao poder através da frente popular.

O terceiro ponto da intervenção de Cavaco Silva referiu-se à homogeneidade do governo, acentuando o êxito da política económico-financeira por este desenvolvida. A propósito, Cavaco Silva acentuou que «neste momento a taxa de inflação dos 14 por cento, é previsível que poderá ser reduzida». Cavaco Silva também previu um crescimento económico de 4 por cento,

superior ao que o Governo antevia, e ainda que os salários reais deverão subir 3,5 por cento (pela primeira vez desde 1980).

O último ponto abordado por Cavaco Silva foi o das relações do Primeiro-Ministro com o Presidente da República, tendo afirmado a propósito que «este Governo não alterará nem uma vírgula em relação ao Presidente da República. Actuará tal como actuou com Ramalho Eanes».

Comunicado final do II Conselho Nacional/86

MANIFESTADA TOTAL CONFIANÇA EM CAVACO SILVA

1. Reuniu no Hotel Altis em Lisboa, nos dias 15 e 16 de Março de 1986, o Conselho Nacional do Partido Social-Democrata, para análise da situação política, apreciada de assuntos correntes da vida do Partido e discussão do Regulamento do Congresso Nacional.

2. No início dos trabalhos, o Conselho guardou um minuto de silêncio em homenagem à memória do social-democrata Primeiro-

-Ministro da Suécia Olof Palme, barbaramente assassinado em Estocolmo, cujas qualidades humanas e políticas foram devidamente assinaladas.

3. O Conselho manifestou igualmente o seu pesar pelo falecimento de um filho do Presidente da Assembleia da República Dr. Fernando Amaral, ocorrido ontem.

4. Tendo procedido à análise dos resultados elei-

torais para a Presidência da República, o Conselho deliberou:

4.1. Saudar a população em geral pelo seu elevado comportamento cívico.

4.2. Saudar todos os simpatizantes e militantes por mais esta prova de vitalidade e confiança no futuro do ideário social-democrata e no projecto político que o PSD personifica.

4.3. Saudar o Prof. Frei-

tas do Amaral pela forma digna e superior como se bateu pela sua eleição.

4.4. Saudar o Presidente eleito, Dr. Mário Soares, formulando votos para que exerça o seu mandato em harmonia com os superiores interesses nacionais.

4.5. Considerar que destas eleições o PSD saiu mais uma vez reforçado e é cada vez mais o maior partido português.

5. Numa apreciação global à actuação governativa, o Conselho nacional deliberou igualmente

5.2. DSaudar o X Governo Constitucional e o seu Primeiro-Ministro, Prof. Cavaco Silva, manifestando-lhe total confiança e a certeza de que vai continuar de forma cada vez mais intensa a resolver os graves problemas do País.

5.3. Incentivar o Governo a prosseguir a todo o

custo na defesa do interesse nacional ainda que tal signifique prejuízo de interesses de grupo ou de castas privilegiadas.

6. O Conselho tomou conhecimento dos encontros recentes dos partidos da Oposição Parlamentar, promovidos pelo PS e pelo PCP. O Conselho Nacional do PSD considera:

6.1. Que tais encontros são uma nova fase, mais adiantada, das acções conjugadas do Partido Socialista e do Partido Comunista que têm em vista a constituição de uma Frente Popular, objectivo que, de resto, o PSD já denunciou ao país em ocasiões anteriores.

6.2. Que tal Frente, a ser constituída — pretensão que, de resto, o PC não esconde — representaria o acesso, claro ou disfarçado, do Partido Comunista à área do Governo, coisa que

não acontece desde os Governos Gonçalvistas de 1975.

6.3. Os portugueses sabem bem que, repetir tal experiência doze anos depois, seria reintroduzir no País um clima de desconfiança que não permitiria o ressurgimento económico de Portugal, e, consequentemente, ao invés de promover a melhoria das condições de vida de todos os portugueses, arrastaria o nosso País para uma aventura de consequências imprevisíveis, mas seguramente de empobrecimento colectivo.

6.4. Que tal facto, de resto, faria de Portugal o único País, da área das Comunidades Europeias e da Aliança Atlântica, em que o Partido Comunista partilharia, directa ou indirectamente, responsabilidades de

Continua na pág. 2

FILHO DE SÁ CARNEIRO RECEBE TORRE E ESPADA CONCEDIDA AO PAI

A Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada, com que, por proposta do Primeiro-Ministro, o Presidente da República cessante decidiu condecorar, a título póstumo, Francisco Sá Carneiro será entregue por Cavaco Silva ao filho do ex-Primeiro-Ministro e militante número um do PSD.

O alvará que atribui aquela condecoração já foi

publicado no «Diário da República», anteontem, prevendo-se que a entrega se realize ainda este mês, em cerimónia que o Executivo vai promover.

Recorda-se que a Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada, de Valor, Lealdade e Mérito é a mais alta condecoração portuguesa. A sua atribuição a Sá Carneiro foi uma das últimas decisões do Presi-

dente da República cessante. A Torre e Espada é normalmente atribuída a militares e só em casos muito excepcionais a civis.

Cavaco Silva fundamentou a sua proposta no «mérito excepcionalmente relevante demonstrado por Sá Carneiro no exercício de funções governativas, nomeada e especialmente como primeiro-ministro.

XIII CONGRESSO NACIONAL

• REGULAMENTO NA PÁG. 4



O Novo Emprego

Jaime Quesado (*)

A elevada taxa de desemprego e a incapacidade de criação de novos empregos suscitam a necessidade de apostar em novas soluções, muito associadas ao empreendedorismo e soluções associadas. O modelo tradicional de criação de valor mudou por completo e nesta fase crítica da economia portuguesa a aposta tem que ser clara – apoiar novas Empresas, de preferência de base tecnológica, assentes numa forte articulação com Centros de Competência e capazes de ganhar dimensão global. Ganhar o desafio de um Portugal Empreendedor é em grande medida a demonstração da capacidade de uma nova agenda, assente na inovação, conhecimento e criatividade como factores que fazem a diferença, numa ampla base colaborativa e participativa. A base de um Novo Emprego numa Nova Economia.

Cabe às empresas o papel central na criação de riqueza e promoção duma cultura sustentada de geração de valor, numa lógica de articulação permanente com Universidades, Centros I&D e outros actores relevantes. São por isso as empresas essenciais na tarefa de endogeneização de activos de Capital Empreendedor com efeito social estruturante e a “leitura” da sua prática operativa deverá constituir um exercício de profunda exigência em termos de análise. Tendo sido as empresas um dos actores fortemente envolvidos nas dinâmicas de financiamento comunitário ao longo destes últimos vinte anos ressaltam indícios de défice de “capital empresarial” em muitos dos protagonistas envolvidos. Torna-se por isso imperativo apostar numa agenda de mudança.

Importa construir uma matriz de reorganização operativa das empresas nacionais. Endogeneizar dinâmicas de “inovação proactiva” em articulação com o mercado, geradora de novos produtos e serviços; reforçar a responsabilidade individual do empresário enquanto agente socialmente responsável pela criação de riqueza; fazer do trabalhador um “empendedor activo” consciente do seu papel positivo na organização; fazer da “empresa” um espaço permanente de procura da criatividade e do valor transaccionável nos mercados internacionais; consolidar uma “cultura de cooperação activa” entre empresas nacionais e internacionais, pequenas e grandes, fazendo da competição positiva o grande instrumento de selecção da excelência centrado no Conhecimento.

A aposta em Novas Ideias Empresariais constitui um compromisso de mudança. Tem que assentar numa verdadeira dimensão colaborativa de mobilização dos “Actores da Mudança” (Empresários, Académicos, Empreendedores) para uma acção de base colectiva de reinvenção estratégica da base competitiva nacional. Trata-se dum contributo que se pretende possa ter efeitos de alavancagem na percepção da necessidade de reinventar a Economia Nacional. Pretende-se consolidar uma ideia de marca, solidificar as bases de um projecto, protagonizar novas soluções com novas respostas para questões que teimam em ser as mesmas de há muito tempo a esta parte. As Novas Ideias Empresariais são a nova resposta para as perguntas que hoje existem na sociedade portuguesa.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Abrantes, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 16 de Maio de 2015, (sábado) pelas 21h00 na sede, sita na Rua de S. Pedro, nº 22 – 1º A, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Informações

2 - Aprovação do regulamento interno da assembleia

3 - Análise da situação política.

ALJEZUR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Aljezur, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 15 de Maio de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Francisco Gomes de Avelar n.º 12-A, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Análise da situação política

2 - Aprovação das contas do PSD/Aljezur, relativas ao exercício de 2014, conforme alínea d) do artigo 53º dos Estatutos do PSD

3 - Outros assuntos.

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cascais, para reunir, no

próximo dia 20 de Junho de 2015 (sábado), pelas 18h00, na sede, sita no Largo da Estação, nº 4- 1º, com a seguinte Ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 23h30.

LISBOA / DISTRITAL

Ao abrigo do art.º 67º dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais convocam-se os militantes da Assembleia da Área Metropolitana do Distrito de Lisboa, dotados de capacidade eleitoral activa para os Órgãos Distritais, para, conforme a respectiva Secção de inscrição em que militam, reunirem nas Secções: Amadora, Azambuja, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira, no próximo dia 20 de Junho de 2015 (sábado) pelas 18h00, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único

- Eleição da Mesa da Assembleia Distrital

- Eleição da Comissão Política Permanente Distrital

- Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital

- Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira.

- Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia

Distrital

- Secções de voto e localização:

Amadora - 1 mesa sede da Amadora - Av. 11 de Setembro de 1979, loja 16 A

Azambuja -1 mesa sede da Azambuja - Rua D. Sancho I, nº 1

Cascais - 1 mesa sede de Cascais - Largo da estação, 4 – 12º

Mafra - 1 mesa sede de Mafra - Rua do Arvoredo, Bloco B, cave, - Ericeira

Lisboa - 5 mesas, no Hotel Sana - Av. Fontes Pereira de Melo, 8, Lisboa

Loures - 1 mesa, sede de Loures - Rua Diogo Cão, nº 2 Loja 4 - Parque Residencial do Almirante - Santo António dos Cavaleiros

Odivelas - 1 mesa na sede de Odivelas - Rua Combatentes do Ultramar, nº 20 - B.

Oeiras - 2 mesas, na sede de Oeiras - Av. Carolina Michaelis, lote 37 - Linda-a-Velha

Vila Franca de Xira -1 mesa, na sede de Vila Franca de Xira - Rua da Praia, 63.

Sintra - 2 mesas na sede de Sintra - Rua Mário Costa Ferreira Lima, 7 R/C

Notas

1. As listas de candidatura para os Órgãos Distritais a eleger directamente deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a Sede Distrital aberta para o efeito, naquele dia, até às 24h00.

2. As Listas de candidaturas dos delegados de Secção deverão ser entregues aos Presidentes das Assembleias de Secção correspondentes, ou a quem estatutariamente os possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devendo estar abertas, nos mesmos termos e para os mesmos efeitos, as respectivas Sedes.

3. As urnas estão abertas, em cada Secção, das 18h00 às 23h00

Chama-se a atenção dos militantes e dos Srs. Presidentes das Assembleias de Secção para o facto de ser a presente eleição um acto complexo, contemplando o sufrágio universal e directo de quatro órgãos distritais, bem como dos delegados, pelo que deverão as Secções providenciar urnas para a realização da eleição simultânea dos diversos órgãos e dos delegados.

MONTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Montalegre, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 24 de Maio de 2015, (domingo) pelas 14h30 na sede, sita no Edifício Cabrilho, Avº D. Nuno Álvares Pereira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Informações

2 - Apreciação e votação do Relatório e Contas de 2014

3 - Plano de actividades

4 - Análise da situação política.

SARDOAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Sardoal, para reunir, no

próximo dia 12 de Junho de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00, na Rua Bivar Salgado, nº 46, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede distrital ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 21h00 às 23h30.

SILVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Silves, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 14 de Maio de 2015, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Cândido dos Reis, Lt C Lj B com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 - Aprovação das contas do PSD/Silves relativas ao exercício de 2014, conforme a alínea d) do Artigo 53 dos Estatutos.

2 - Outros assuntos



CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA A.O.

Conforme disposto nos Estatutos da JSD e demais Regulamentos aplicáveis venho por este meio convocar o Conselho Distrital da JSD Lisboa Área Oeste para reunir no dia 6 de Junho, sábado, pelas 21:00h na sede concelhia do PSD Lourinhã, cito na Urbanização Parque Desportivo - Lote 27 C/v, 2530 - 105 LOURINHÃ, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Análise da situação política concelhia, distrital e nacional.

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Odivelas para reunir em sessão ordinária no dia 13 de Maio de 2015, pelas 21h, na sede concelhia da JSD/PSD Odivelas, sita na Rua Combatentes do Ultramar 20-A Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Plano de atividades;
- 3 - Análise da situação política;
- 4 - Outros assuntos.

RESENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento eleitoral da JSD, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Concelhia de Resende, para reunir pelas 17 horas do dia 13 de Junho de 2015 na sede do PSD de Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD de Resende.

As listas deverão ser entregues ao Presidente do Plenário da JSD Regional Viseu, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede do PSD de Viseu, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

VOUZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento eleitoral da JSD, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Concelhia de Vouzela, para reunir pelas 17 horas do dia 13 de Junho de 2015 na sede do PSD de Vouzela, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD de Vouzela.

As listas deverão ser entregues ao Presidente do Plenário da JSD Regional Viseu, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede do PSD de Viseu, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

